

## Editorial



No ano em que se celebra o 35.º aniversário do Dia Internacional dos Museus, e sob a temática *Museus num Mundo em Mudança: Novos Desafios, Novas Inspirações*, o Museu Municipal de Palmela tem, em curso, um processo de reflexão acerca do seu programa, que visa a sua revisão. Esta opção permitir-nos-á fazer um balanço do trabalho realizado desde 2004 – quando o município aprovou o Programa Museológico Municipal –, e definir orientações para um Museu que, tal como qualquer outra organização, se encontra hoje num momento particularmente difícil, no que à situação financeira, diz respeito. Devemos refletir sobre a mudança e encontrar objetivos que, por um lado, não desvirtuem o trabalho empreendido desde os anos 90 do século passado – com padrões de qualidade reconhecidos pelos variados parceiros, o que muito nos satisfaz –, e por outro, nos tornem mais capazes de empreender estratégias num Mundo em Mudança acelerada.

Um dos desafios que assumimos, de imediato, é deixar de ter uma edição impressa deste boletim – que teve 14 edições –, para uma outra apenas *on-line*. Cientes de que o impacto da divulgação do Património deste concelho pode vir a ser diferente, e eventualmente menor, do que o formato em papel, queremos contudo manter a fidelização de público. Como em tudo o que realizamos, faremos uma avaliação desta experiência, para a qual – estamos certos – contamos com os vossos contributos. Esta edição *on-line*, semestral, existirá em simultaneidade com a mensal newsletter, também distribuída por via eletrónica. Ambas podem ser consultadas em [www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt).

O presente *+museu* tem como destaque o balanço de doze anos de trabalho conjunto de uma das extensões museológicas que há mais tempo mantemos: o Centro Moinhos Vivos, na serra do Louro. Outras parcerias terão aqui voz nos próximos números: queremos divulgar estas experiências de trabalho e enriquecer, com essa reflexão, a prática museal no nosso concelho.

Neste número do boletim, damos ainda particular ênfase a três outros temas: a investigação realizada, pelo Museu Municipal, acerca da importância da água na vida quotidiana da freguesia de Quinta do Anjo; o trabalho arqueológico desenvolvido pelo município de Palmela entre 2009 e 2012, no âmbito das intervenções de obra em curso no Centro Histórico de Palmela; e um documento – do Arquivo Municipal – que nos remete para um tempo e para uma prática política que não podem ficar esquecidas, quando hoje a propósito de questões de índole económico-financeira tendem a ser postos em causa práticas e valores democráticos.

Relevamos, pela importância do trabalho desenvolvido pelas nossas freguesias, o artigo *Marcas d'Água*, impulsionado pelo empenho da freguesia de Quinta do Anjo em abrir um espaço cultural onde outrora foram os “Tanquinhos”. Esta parceria entre a Câmara e a Junta, contando com o contributo notável de cidadãos e cidadãs que quiseram partilhar as memórias dos tempos em que a água não estava em casa de cada um de nós, é um exemplo que queremos multiplicar nas nossas práticas, a propósito de outros temas, noutros lugares do nosso município.

Lançamos, por fim, um desafio e um convite: explorem o recente website do **Centro Histórico de Palmela**, que divulgamos neste boletim e visitem-nos, num ano em que **Palmela é Capital Europeia do Vinho!** A cultura da vinha e do vinho tem muitos séculos de vida na nossa região, e as pessoas que a esse labor se entregam continuam a fazer do nosso território um lugar de Excelência, de que muito nos orgulhamos!

A Presidente da Câmara

Ana Teresa Vicente

# Centro Moinhos Vivos, extensão museológica na serra do Louro

Se os Moinhos da Serra do Louro falassem, teriam certamente muitas histórias para contar. Conheceram cavaleiros de Santiago, que desde cedo se aperceberam do potencial desta região, e camponeses que extraíam desta terra fértil quase tudo o que precisavam. Assistiram a guerras mundiais e a tempos de fartura e de miséria. Produziram, durante séculos, a farinha que matou a fome a ricos e pobres. A modernização dos processos de moagem e o crescente desinteresse por este tipo de engenho, condenaram-nos a uma inatividade forçada. Alguns caíram num total abandono, outros foram transformados em locais de habitação.

Na década de 1990, foram efetuadas importantes obras de restauro em dois moinhos, pertencentes ao Doutor Carlos Frescata. Em simultâneo, construiu-se uma padaria artesanal, com forno a lenha. Nascia assim o Centro Moinhos Vivos, oficialmente inaugurado em 1996. Ao realizar este velho sonho, recuperava-se uma das tradições mais emblemáticas de Palmela. Este Centro passou a ser, desde então, um dos locais mais apelativos da Serra do Louro, fazendo as delícias de miúdos e graúdos. Os mais idosos vinham recordar os tempos de infância, em que levavam os sacos de cereal ao moinho, enquanto os mais novos olhavam com muita curiosidade para as velas que giravam ao sabor do vento.

Um dos objetivos deste Centro era manter os moinhos em funcionamento e proporcionar à população, sobretudo escolar, a oportunidade de conhecer as tecnologias tradicionais inerentes à moagem de cereais e ao fabrico do pão. Era necessária uma estrutura que pudesse assegurar esta vertente de educação ambiental num âmbito concelhio. Com



essa finalidade, em 2000 a Câmara Municipal de Palmela e o Centro Moinhos Vivos estabeleceram um protocolo de colaboração, que ainda hoje vigora. Em boa hora o fizeram, pois tem permitido a todas as crianças do concelho de Palmela passarem por essa experiência inesquecível.

Cada visita é acompanhada por dois ou mais técnicos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela. Fala-se sobre as inúmeras etapas da vida de um grão de trigo, desde que é semeado até que vai à mesa. Passa-se à prática: mete-se a mão na massa e faz-se pão. Este é sempre o momento mais desejado! Enfarinhados, os pequenos aprendem que, afinal, não é difícil fazer pão. É só misturar bem os ingredientes na proporção correta e esperar que o forno faça o resto. Muitos veem, pela primeira vez, utensílios de panificação, como pás de forno e peneira.

Enquanto o pão coze, aproveita-se para ir conhe-

cer de perto o tão admirado moinho. É maior e mais espaçoso do que parecia visto da vila! Que velas tão grandes!... E aqueles potes de barro produzem um som que é quase musical! Quando sobem as estreitas escadas, a aventura confunde-se com os contos lidos antes de dormir. Neste pequeno mundo, quase mágico, fala-se uma língua que não se aprende nas escolas: entrosga, sarilho, tegão, capota e muitos outros vocábulos. Arregalam os olhos e os ouvidos na ânsia de aprender o máximo. Já tinham ouvido falar do catavento, mas não imaginavam que só a mó de cima é que gira e que as velas não estão sempre no mesmo lado. Chega a hora de tirar o pão do forno. Está quente e apetitoso. Os pequenos padeiros esmeraram-se e deram largas à criatividade. Facilmente identificam as suas obras que irão exhibir em família com «Fui eu que fiz.» Certamente, à noite, irão sonhar com velas brancas, fornos e pãezinhos e olharão com mais interesse para os moinhos!

Esta aprendizagem, tão importante para a formação das crianças, é orientada de forma muito profissional pelos técnicos do Museu Municipal. Consoante as idades, intercalam-se jogos de expressão corporal, jogos ou cantigas. No final, são preenchidos questionários que ajudam a aferir se as expectativas foram alcançadas.

A relação privilegiada entre a Autarquia e a comunidade escolar tem proporcionado, a todas as crianças do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, visitarem o Centro Moinhos Vivos. Seria desejável que fosse extensivo a todos os alunos. Prova disso foi o sucesso do projeto multidisciplinar designado “Por onde andou o vento que move as velas destes moinhos?”, com alunos do 9.º ano, desenvolvido em 2004 pela Escola Secundária de Palmela em parceria com a Câmara Municipal de Palmela e o Centro Moinhos Vivos. Jovens e professores renderam-se ao encanto dos moinhos. Esperemos que o Serviço Educativo prossiga com todos os interessantes projetos que tem vindo a desenvolver para a divulgação do riquíssimo património de Palmela. Que bons ventos ajudem!

**Dr.ª Ivone Vilares**

Centro Moinhos Vivos/BIOSANI





## Marcas d'Água em Quinta do Anjo

### Minas, Tanques, Poços, Fontes e Chafarizes



Um espaço cultural, inaugurado no passado 25 de Abril, pela Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, chama-se **Marcas d'Água**. Instalado no antigo Lavadouro (tanquinhos), construído na rua do Sabugueiro, pretende ter muitas funções, entre as quais um lugar para se falar da importância da água.

A Água é um elemento comum na nossa vida quotidiana e a sua presença habitual, regular e abundante, faz com que, muitas vezes, nos esqueçamos da sua importância, bem como do seu carácter esgotável. Desde os tempos mais remotos, o acesso e o controlo da água apresentam-se como fatores elementares na subsistência de qualquer comunidade.

Para um melhor aproveitamento da água impõe-se o controlo na abundância ou na escassez, ir ao seu encontro, fazê-la chegar certa e regular onde é necessária e, para isso, criar recursos como a

construção de acessos a minas, tanques, poços, fontes e chafarizes. Também em Quinta do Anjo aconteceu assim...

***“Quem não poupa água nem lenha, não poupa nada que tenha.”***

Provérbio

Quinta do Anjo, com uma população em crescimento desde o século XIX, assiste nos primeiros anos do século XX, à construção de poços, como o Poço Novo, e à instalação de um depósito com bica junta à Igreja de Nossa Senhora da Redenção. O acesso a este bem, não é importante apenas no núcleo urbano, mas na serra do Louro, onde são constituídas quintas ou montes, como a “Silveira”, a “Torre” e o “Pinhal”. Lugares, sempre dependentes da água, que aqui se gere mediante o recurso às minas e aos tanques.

## Poços, fontes e chafarizes

Pontuam espaços de encontro na aldeia e pautam o ritmo do caminho, outrora mais longo e penoso, por se caminhar a pé ou ao dorso dos animais.

As longas horas consumidas, rumo a um destino, exigem pausas ditadas pela necessidade de saciar a sede, assim como as rotinas da vida doméstica obrigam a visitas ao poço ou à fonte mais próxima.

*«Eu ia à água ao depósito que vinha da serra. O depósito tinha uma torneira onde as raparigas iam com a bilha. Faziam um recanto grande, com bancos onde as pessoas se sentavam a esperar. Quando a água fraquejava aqui, ia-se ao Poço do Charco.»*

Baltasar Sousa Cardoso, 79 anos, Quinta do Anjo



Tanque do Monte do Pinhal, década de 50 do séc. XX, Quinta do Anjo (da esquerda para a direita: Maria do Carmo Cardoso, Judite do Carmo Cardoso e Amélia do Carmo Cardoso)

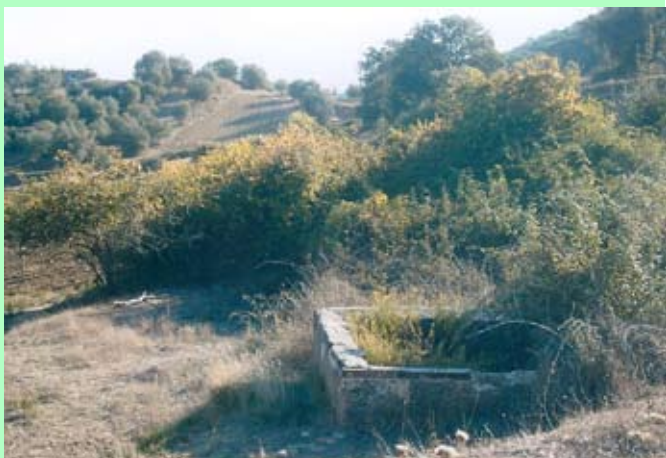
## Minas

Até à década de 60 do séc. XX, a Serra do Louro encontra-se densamente cultivada. Onde existe água plantam-se hortas e pomares; nos locais onde aquela não chega, oliveiras e grandes searas, sobretudo de trigo. A água é essencial.

Existente em minas e em poços é conduzida, através de regueiras, para as caldeiras das árvores, alimentando-as.

*«As minas eram essenciais para as regas. Por aqui os pomares eram poucos, mas semeava-se cebolas, favas, ervilhas e repolhos. No verão as minas eram fracas de água. No inverno, com as chuvas, era uma festa quando a mina deitava água para fora.»*

Fernando Matos, 81 anos, Quinta do Anjo



Tanque do Monte do Pinhal, Quinta do Anjo. 2012

## Tanques

Perto das minas, é vulgar encontrarmos tanques muito grandes e rectangulares, destinados a reter a água que, de outra forma, iria perder-se. Os tanques guardam a água para as regas, sobretudo nos meses mais secos.

*«O tanque pertencia à propriedade dos meus pais. Eu tinha os meus 10 anos quando foi construído. Era para nós lavarmos e para a rega. Servia até para ir ao banho. A gente lavava-se dentro de um alguidar, mas quando o tanque estava com água que desse pela cintura íamos ao banho... de noite, claro. De dia era um escândalo!»*

Maria do Carmo Cardoso, 70 anos, Qta. do Anjo

## “Água fria lava e cria.”

Provérbio

Lavar a roupa é rotina certa e obrigatória. Aos tanques e lavadouros acorrem as raparigas e as mulheres trazendo em largos alguidares o enxoval da casa, bem como as lavadeiras com as suas pesadas trouxas, onde transportam as roupas das “senhoras” de Setúbal e Palmela.

São três os tanques mais importantes, o Tanque Novo, um dos mais antigos, destruído nas décadas de 40 e 50, no seguimento da construção dos Tanquinhos, e o Tanque do Tio Emídio.

Muitas mulheres lavavam também em charcos, na “barroca do esqueirão” e no “pombal da quinta”, em Quinta do Anjo, ou seguiam mesmo para locais mais distantes como Olhos de Água, Brejos de Azeitão e “Caramelos” (Pinhal Novo e Poceirão).



**Tanque Novo**, abastecido pela Mina “do Serrado”  
*«Nós chamavamos-lhe o tanquinho, tinha duas árvores, uma escadinha para descer e uma bicazinha a deitar água. A vizinhança toda vinha lavar para aqui. E mesmo lá de baixo, quando lhes calhava vir, vinham lavar para aqui a roupa da casa. A água vinha das minas que estão na serra, no serrado. Tinham muita água e um tanque também, mas aí ninguém ia lavar, se não as pessoas que lá moravam, porque ficava muito lá em cima.*

*Depois canalizaram a água, fizeram os tanquinhos [Rua do Sabugueiro] e tiraram as pedras todas do tanque. Quando nós vimos estarem a tirar, ficámos com muita pena, mesmo com muita pena. Vinha tudo aqui lavar ao tanque novo. Foi o nome que lhe puseram. Para mim era velho, muito antigo. Quando me senti gente e ia para ali brincar, já aquilo era um tanque.»*

Maria Helena Simões, 80 anos, Quinta do Anjo

**Tanquinhos**, abastecidos pela Mina “do Serrado” e posteriormente pela Mina “da Câmara”.

*«Eram necessários dois tanques, um para lavar e outro para enxaguar. Às 05h00 da manhã já havia quem lá fosse para apanhar os tanques. Às vezes não havia tanques que chegavam para todas, mas ninguém ficava zangada. Conversava-se, sabia-se o que se passava por aí.»*

Lucília Ramalho, 75 anos, Quinta do Anjo

**Tanque do “Tio Emídio”**, abastecido por dois poços

*«Iam para os Olhos de Água porque não pagavam. Aqui eram 5 tanques cobertos. Cada tanque levava 60 pessoas, o maior chegava a 90. Eram abastecidos por dois poços. A minha mãe vendia cloreto, sabão e, mais tarde, lixívia. As pessoas pagavam dois ou três tostões e vinham uma vez por semana. Havia espaço para lavar e por a corar com caruma de pinheiro. A gente lavava, ensaboava e estendia no chão; depois, de vez em quando, ia-se com uma bacia e molhava-se. Era assim que as roupas aclaravam. Muitas deixavam a enxaguar e iam para casa (...) depois vinham buscar.»*

Maria de Jesus de Matos, 78 anos, Quinta do Anjo

*“Ia para lá muita gente (...). Eu ia logo às 03h00 da manhã, para apanhar a água branquinha.”*

Isidete de Sousa, 75 anos, Quinta do Anjo



Lavando no “Tanque Novo” (destruído nas décadas 40-50 do século XX), Quinta do Anjo, 1.ª metade do séc. XX.

Autor: J. A Bácia

**“Nunca se diga: desta água não beberei.”**

Provérbio

Na década de 50 do século XX, a água chega, finalmente, canalizada a Quinta do Anjo entrando, lentamente, em casa de todos os habitantes da aldeia. Os anos 60 inauguram também o acelerado abandono dos campos e, doravante, nem as minas terão o que regar, nem as fontes e os charizes, cântaros para encher e sede para saciar. Atualmente algumas minas foram substituídas por furos, embora a maioria se encontre simplesmente coberta de vegetação.

Os tanques igualmente. Se alguns ainda se encontram trasbordantes pela fartura da água, a maioria já cedeu ao abandono, expresso na derrocada tantas vezes integral.



Inauguração do fontanário, 1954.

Autor: Américo Ribeiro.

Arquivo Municipal

«Constituiu-se depois um extenso cortejo de automóveis que se deteve no largo principal de Quinta do Anjo, onde o Ministro das Obras Públicas procedeu à inauguração de um marco fontanário de abastecimento público e outros se encontram pela estrada, como o que fica junto à escola, etc. O sr. Ivo Simões Setra, como Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, saudou na pessoa do Ministro das Obras Públicas, o Governo da Nação, a quem patenteou o seu reconhecimento por tão magnífico empreendimento, que considera vital para o progresso da população laboriosa e honrada a quem pertence e apresentou também os seus agradecimentos ao vice-presidente da Câmara de Palmela.»

in O Setubalense, 31.05.1954

«Quando chegou a água canalizada, acabou tudo. As pessoas começaram a lavar à sua porta em tanques pequenos.»

Maria de Jesus de Matos, 77 anos, Quinta do Anjo

«A maior parte das minas está tapada. Sinto tristeza da gente não fazer caso. Eu também já lá não vou semear nada. Gostava que as minas funcionassem (...). Mas também não gostava que voltássemos aos anos 40, 50. Um tempo em que éramos muito explorados pela necessidade que havia de tudo (...). Era um tempo ruim. De hoje para amanhã, se não tivermos electricidade para puxar a água com as bombas e os furos, estas águas vão ser todas necessárias.»

Celso Santos, 70 anos, Quinta do Anjo

**Cristina dos Reis Prata**

Técnica Superior, Museu Municipal de Palmela



## nos bastidores... do Museu Municipal

«Antes que tudo se perca irremediavelmente, salvemos pela descrição e pela estampa o que ainda resta, dilacerado e partido, dos antigos documentos da laboriosidade portuguesa. (...) Algumas indústrias paralyzaram; atingiram desde certa época a sua maior idade e até muitos processos se perderam completamente.»

Sousa Viterbo «Arqueologia Industrial Portuguesa (1896): Os moinhos»,  
in *O Arqueólogo Português*, Vol. II, n.º 8 e 9, p. 194

### Aquisição de espólios e salvaguarda

No quadro de competências dos Museus, é sua responsabilidade a salvaguarda do património cultural.

O Museu Municipal de Palmela trabalha toda a informação relevante que reporte as diversidades histórico-culturais identitárias do território, sejam fontes documentais ou noutros suportes, nomeadamente, objetos, maquinaria e outros artefactos

da cultura material associados a processos de fabrico.

Engloba-se nesta condição um conjunto de peças emblemáticas, recentemente incorporadas no acervo da instituição, e que importa divulgar como testemunhos do universo do trabalho. São elas: o **aranhol**, a **máquina de calcular** e a **canga**, peças que, pela sua função impermanente, documentam dinâmicas de grupos culturais da sociedade contemporânea.



Aranhol. Madeira e ferro  
Séc. XX  
Dim.: 200x214x318 cm  
Inv.º 2010.04.688



Precursor do modelo de veículo hipomóvel, esta carroça deve a sua designação à especificidade do seu uso e à estranha anatomia, semelhante a aranha.

Mais conhecida por *Aranhol*<sup>1</sup>, este tipo de viatura de tração animal era utilizado no campo para o transporte de mercadoria de produtos líquidos<sup>2</sup>.

Marcado por uma volumetria grandiosa de estrutura e acessórios, o *aranhol* é composto por uma carroçaria em madeira pintada a verde, sustentada por um esqueleto de estrutura semicircular em ferro e aço, onde encaixam as manivelas aparafusadas com dois *sem-fim* acoplados, que sustêm e regulam a elevação do tonel preso às correntes.

Possui um *estribo lateral* à esquerda, e, mais acima, o *travão* do carro. Quase ao mesmo nível, mas à direita, mais precisamente por baixo do banco do carreiro<sup>3</sup>, encontra-se um painel reservado, onde se guardava a documentação inerente à venda ou compra da mercadoria transportada.

Destaque para os varais, elementos de atrelagem do animal de tiro aos arreios<sup>4</sup>, e para as duas rodas em madeira, apertadas por sólidos aros em ferro, compostas por uma massa e *chumasseira* de secção cónica em latão, onde entra o eixo. De atentar também nos *raios* e nas *pinas*, em madeira, que compõem a forma circular da roda<sup>5</sup>.



Pormenor da roda

### Carlos de Oliveira Frescata. Nota biográfica.



Natural de Quinta do Anjo, Carlos de Oliveira Frescata [1928-2008] era empresário vitivinicultor em Palmela; tornou-se proprietário do *Aranhol* em 1958, ano em que comprou uma adega localizada em

Palmela-Gare (que havia sido alugada em 1956) e todo o seu recheio, no qual se incluía a carroça.

Com características obsoletas, e já então ultrapassada pelo transporte mecânico, esta carroça foi muito pouco utilizada, e apenas terá servido num pequeno trajeto, entre a adega e a gare, no transporte de cascos de vinho e aguardente. «- (...), ainda autorizei algumas vezes para transporte para cascos de vinho. (...) só podia transportar um casco de cada vez. (...) Tinha um cavalo ou uma mula ou macho bastantes valentes para poderem levar a transportar a carroça ali na estação de Palmela.

*Aí um ano ou dois é que [a] utilizei algumas vezes, mas depois com as camionetas passei a fazer o serviço em melhores condições. Por exemplo, uma camioneta mesmo pequena, o mínimo que levava era quatro cascos de vinho. Uma carroça era só um [casco] e era só para aquele percurso.»*

Gradualmente, e a partir dos anos 50/60, com o



Detalhe do travão

<sup>1</sup> Exemplar raro pela sua especificidade, faz parte do conjunto mais recente incorporado pelo Museu Municipal por doação de Carlos Frescata e Família [2009]; a mesma inclui uma Máquina de calcular.

<sup>2</sup> Produtos como o vinho, aguardente ou até azeite.

<sup>3</sup> Nome do profissional condutor da carroça também designado por carroceiro.

<sup>4</sup> Por inerência de função, apresenta-se também nesta rubrica, uma outra peça de colecção – Canga, doada pela Família Briz [2005].

<sup>5</sup> Informações dos Srs. José Guerreiro e João Santos, a quem se agradece os contributos.

incremento da mecanização agrícola na indústria nacional, os meios de transporte de mercadorias por tração animal foram substituídos por outros meios mais modernos e vantajosos.

Segundo o aforismo popular «*quem seu carro unta, seus bois ajuda*», e ainda que estivesse fora de uso, Carlos Frescata proporcionou sempre a este *aranhol* cuidados de conservação, exibindo-o como peça ímpar.

«- *“Eu mandava era limpar e pintar quase todos os anos, [pelo] pessoal da adega, quando não tinha muito [trabalho].*

*Não foi necessário ter quaisquer outros cuidados, pela pouca utilização. (...) Ela é tão forte e tão boa, que nunca me apercebi de se ter estragado nenhuma [peça]. No entanto, se se estragasse também sabia onde se arranjava porque em Palmela havia um homem que trabalhava em coisas de carroças, que era a família do Sr. Amadeu Costa. A Oficina do Costa e a do pai dele, é que era a das carroças. [situada] na baixa em Palmela.*

*(...) Não [tinha] livrete, talvez não houvesse ainda naquela altura. Passou a haver depois mas já a carroça estava como peça de museu! Porque eu nunca me quis desfazer dela e tive várias pessoas que me quiseram comprá-la. (...) E para o que queriam, também eu! Era como recordação.»<sup>6</sup>*

Modelo de fabrico suíço [1963], esta calculadora de secretária, elétrica, pertenceu ao escritório da firma comercial de Carlos de Oliveira Frescata<sup>7</sup>.

Ainda mantém o rolo para impressão a duas cores (preto e vermelho)<sup>8</sup>, com um fragmento de papel do último registo de cálculo efetuado [anos 90].

Segundo informação, o registo das contas era posteriormente conferido pelo próprio Sr. Frescata, que confiava particularmente no seu cálculo mental: «*Verificava sempre a exactidão das operações de cálculo.*»<sup>9</sup>



Máquina de calcular  
Máquina de calcular elétrica  
Séc. XX [1963]  
Dim.: 21x21x39 cm  
Marca: Addo - X  
Modelo 41 E; Número de série: 577078  
Inv.º 2010.04.689



Pormenor do último registo comercial

<sup>6</sup> Entrevista a Carlos Frescata, conduzida por Teresa Sampaio (2005) – Arquivo de Fontes Orais (AFO).

<sup>7</sup> Empresa de produção, compra e venda de vinhos - CARZEMA.

<sup>8</sup> Registo de vinho branco a preto, e registo de vinho tinto a vermelho.

<sup>9</sup> Informação recolhida junto da família e prestada por Zenóbia Frescata e Zenóbia Vieira, respectivamente, filha e neta do Sr. Carlos Frescata.

<sup>10</sup> Este exemplar foi doado ao Município de Palmela/Museu Municipal pela Família Briz (2005).



Canga  
Madeira e ferro  
Séc. XIX/XX  
Dim.: 170x20 cm  
Marca: HA  
Inv.: 2010.04.687

A canga<sup>10</sup>, também conhecida pela designação de *jugo*, é um instrumento talhado em madeira pelo marceneiro. Era utilizada nos carros de bois ou no arado, e adaptava-se ao cachaço dos animais.

A peça de secção rectilínea é constituída por um corpo central - a *deitada* (cujos terminais foram reforçados com cintas em ferro) - e pelas *zonas de canga*, também designadas por *camalhões*, que encaixam no cogote dos animais, presos sob o pescoço por uma tira de couro trançada.

Exemplar de grande simplicidade de ornamento, a *deitada* legitima no corpo central o domínio<sup>11</sup> com

o monograma xilogravado da Herdade de Algeruz – **HA**, ladeado pela autorrepresentação simbólica inscrita no círculo de estrelas pentagonais rematado por coroa.

Datada da segunda metade do século XIX, inclui-se num conjunto de alfaias agrícolas representativo do património agrícola mais antigo da Herdade de Algeruz.

**Maria Leonor Campos**

Técnica Superior, Museu Municipal de Palmela

<sup>10</sup> Este exemplar foi doado ao Município de Palmela/Museu Municipal pela Família Briz (2005).

<sup>11</sup> Propriedade fundiária privada que se generaliza a partir do liberalismo. (Cf. MATTOSO, José - *Introdução: Legitimação e Linhagem*. Jun 2011, in <http://e-spainia.revues.org/20258>).



# em investigação...

## Arqueologia Urbana em Palmela Balanço das intervenções de 2009-2012

“De outro modo há risco de em Portugal habitarmos cidades vazias de tempo, e sem memória.” (Lemos, 2006)

“Assiste a todo o cidadão o direito de usufruir do passado histórico do aglomerado urbano em que habita.” (Soares e Silva, 1986)

### 1. Introdução

Nos últimos três anos, o serviço de Arqueologia do município de Palmela realizou diversas intervenções de carácter preventivo, no Centro Histórico da sede de concelho, no âmbito do projeto de *Recuperação e Dinamização do Centro Histórico da vila de Palmela*, desenvolvido e co-financiado pelo POR Lisboa/QREN.

A concretização dessas ações permitiu-nos alcançar um conhecimento da realidade estratigráfica (horizontal e vertical) e uma leitura dos contextos arqueológicos existentes, bem como do potencial arqueológico da área em análise.

Desta leitura, evidencia-se a esmagadora presença de preexistências do período Moderno, mas também relevantes informações sobre a ocupação humana e acerca dos modelos de urbanismo desenvolvido em Palmela, ao longo dos períodos medievais Islâmico e Cristão.

Os resultados destas intervenções salientam o reconhecimento do *Centro Histórico de Palmela* como um relevante *Sítio Arqueológico* que se deve salvaguardar, conhecer e investigar. Neste sentido, é fundamental que a política de intervenção urbana garanta um adequado planeamento e gestão dos projetos de regeneração urbana (públicos e privados) e, por consequência, promova uma gestão articulada do património arqueológico urbano, elemento essencial para a construção e consolidação da identidade do lugar e da comunidade local.

### 2. Notas sobre as preexistências da vila de Palmela

O Centro Histórico de Palmela é profícuo em preexistências arqueológicas, que evidenciam a ocupação humana, desde o último quartel do 6.º milénio a.n.e., no arqueosítio do Casal da Cerca – povoado aberto do Neolítico Antigo Evolucionado, intervencionado com carácter de emergência em finais dos anos 80 e inícios dos 90 do século XX (Soares e Silva, 2008); posteriormente, em 2008, já com carácter preventivo, realizaram-se também sondagens de diagnóstico e o acompanhamento arqueológico do projeto de Requalificação do Largo de S. João/Quinta da Cerca (Santos, 2008/09). O conhecimento sobre o património arqueológico, que hoje possuímos, revela-nos realidades consolidadas, geradas pelos 400 anos de permanência muçulmana na vila (Fernandes, 2004 e 2012; Rosendo *et al.*, 2010).

O castelo de Palmela encerra vestígios de notável interesse arqueológico, desde a sua construção no período Emiral (séculos VIII/IX) e, posteriormente, durante as suas fases de crescimento e reformulações arquitetónicas nos períodos Omíada, Almorávida e Almóada (sécs. X-XII); nestes momentos, a fortificação desempenhou um papel primordial na defesa, organização e consolidação do território, na região da Arrábida.

Assume-se como ponto nevrálgico em período Cristão, durante as investidas para a conquista dos

territórios a Sul, altura em que se transfere definitivamente a sede da Ordem de Santiago para Palmela.

Do núcleo de povoamento islâmico pouco se conhece, sendo provável que tenha ocupado a área setentrional do castelo (extramuros), prolongando-se ao longo da encosta, para noroeste, ao longo do Arrabalde.

No atual Centro Histórico da vila, a ocupação humana originou um burgo não amuralhado, que se desenvolveu em função dos ritmos de crescimento e alterações do Castelo de Palmela, ao longo da encosta norte, em direção ao Arrabalde e largo do Município, desde período Islâmico. Facto igualmente documentado nos sítios arqueológicos da Rua de Nenhures, onde se identificaram contextos habitacionais e funcionais dos sécs. XII ao XVIII, destacando-se a presença de uma bateria de 30 silos, com uma larga diacronia de utilização, sendo alguns deles (re)utilizados como fossas, durante o período Moderno.

A Rua de Nenhures e a Rua do Castelo reúnem, até ao momento, o melhor conjunto de informações sobre a ocupação humana e a evolução urbana de Palmela, em período muçulmano e durante a fase da *Reconquista* (séculos XII – XIII).

A partir do século XIII, o povoamento cristão reocupa as áreas anteriormente destinadas aos mouros forros, expandindo os seus limites para norte e noroeste da vila. A construção da igreja de S. Pedro (sécs. XIII/XIV) desloca a vida urbana, centrando-a em torno dos Largos do Município e do Pelourinho.

Estas novas áreas urbanas consolidam-se como espaços político-administrativos e religiosos, nos séculos XV-XVI e assim prevalecem até à atualidade: ali encontramos o edifício histórico dos Paços do Concelho, o Pelourinho, as igrejas de S. Pedro e da Misericórdia.

Em datas mais recentes, as escavações arqueológicas realizadas no largo do Mercado especificamente, no edifício do Mercado Municipal (2002) e em edifício adjacente - imóvel a recuperar durante a intervenção do projecto QREN -, em 2011 (futuro *Espaço Cidadão – Serviço de Apoio à Comunidade*) permitiram individualizar alguns elementos de cronologia romana, embora em contextos de lixeira (sécs. XIV/XV - XVI), e de um conjunto de cerâmicas que denuncia uma continuidade da técnica e tradi-

ção oleira muçulmana, na produção de recipientes em períodos posteriores (Carvalho, 2007; Fernandes, 2012).

É também notável a expressiva percentagem de cerâmicas de importação, produções de Paterna e Manises, de Majólicas e Valencianas, acompanhadas de exemplares de Faiança Portuguesa que se encontram igualmente representadas em outras zonas da vila, alvo de acompanhamentos e/ou escavação arqueológica, denunciando o apogeu económico, urbano e social de Palmela em período Moderno.

### 3. As intervenções arqueológicas realizadas entre 2009 e 2012.

#### 3.1. Sondagens de diagnóstico realizadas no Centro Histórico de Palmela



Sondagens arqueológicas de diagnóstico. Praça Duque de Palmela, 2009.

Realização de um conjunto de 26 sondagens de diagnóstico, num total de 81 m<sup>2</sup>, programadas ao longo de diversos arruamentos do Centro Histórico, estrategicamente implantadas em áreas de reconhecido potencial arqueológico e nas áreas de intervenção direta do projeto de *Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela*, com vista à avaliação do potencial estratigráfico e arqueológico previamente à execução das empreitadas, permitindo a definição atempada das medidas de minimização e de salvaguarda a implementar durante a sua execução<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Trabalhos co-dirigidos cientificamente pela signatária e pelo arqueólogo João Nunes (Palimpsesto, Lda.).

Os resultados obtidos apresentam-nos informação sobre a ocupação da vila em período Tardo-Medieval e Moderno. Os dados apontados (ainda preliminares) baseiam-se na leitura efetuada em campo (associação dos contextos arqueológicos com a estratigrafia presente) e na observação do espólio recolhido.

No grupo das cerâmicas exumadas, nas sondagens da Praça Duque de Palmela, reconhecem-se formas de tradição muçulmana e outras de produção Medieval e Moderna. Individualizaram-se alguns contextos habitacionais e funcionais (muros, silos/fossas e canalizações) e um ambiente que interpretámos como espaço de forja, com abundantes massas e escórias de ferro, associadas a algumas cerâmicas de período Medieval.



Plano final da Sondagem 3. Praça Duque de Palmela, 2009.

Na Rua Hermenegildo Capelo, sobretudo nas imediações do largo do Mercado e em áreas limítrofes ao Arrabalde, regista-se a presença de contextos Medievais e Modernos, onde ocorrem alguns materiais de importação de qualidade (faianças e vidros); regista-se a continuidade dos níveis arqueológicos dos sécs. XIV/XV-XVI identificados em intervenção anterior, realizada no Mercado Velho (Carvalho. 2007).

### 3.2. Escavação arqueológica da Rua do Castelo/Rua de Nenhures<sup>2</sup>

Para melhor diagnosticar as realidades nas restantes áreas urbanas considerou-se relevante proceder, em 2009, à conclusão da escavação dos vestígios arqueológicos da Rua de Nenhures, nomeadamente da área sita na Rua do Castelo, transversal à área escavada em 2003 (Fernandes e Santos, 2003).

Confirmou-se, como esperado, a continuidade dos vestígios para oeste e a sua expansão para noroeste e norte, ainda com alguns contextos preservados, da fase inicial de utilização dos silos, em época islâmica e das suas reutilizações sucessivas em período Medieval e Moderno. A intervenção revelou que o património arqueológico sofreu consideráveis afetações durante a instalação de infraestruturas, na primeira metade do séc. XX.



Escavação arqueológica. Rua do Castelo/Rua de Nenhures, 2009.



Pormenor da bateria de silos. Rua do Castelo/Rua de Nenhures, 2009.

A sua continuidade sob o edifício de um antigo lagar da Ordem de Santiago, hoje transformado em

<sup>2</sup> Co-direção científica dos trabalhos da responsabilidade da arqueóloga Isabel Cristina F. Fernandes e da signatária (CMP).



estabelecimento de animação noturna, leva-nos a pressupor que as hipóteses colocadas, sobre a localização da primitiva comuna muçulmana, na vertente setentrional do castelo, possam ser viáveis.

### 3.3. Acompanhamento arqueológico do projeto de Recuperação do Moinho do Parque Venâncio Ribeiro da Costa<sup>3</sup>.

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico (projeto das especialidades) tinham como principal intuito a minimização de impactes, sobre eventuais vestígios arqueológicos que pudessem ocorrer.

O Moinho recuperado localiza-se no Parque Venâncio Ribeiro da Costa que ocupa, integralmente, a encosta noroeste do castelo de Palmela. Este espaço - localmente conhecido como *Esplanada do Castelo* - foi concebido durante o Estado Novo, originando ações de terraplanagem e aterros que provocaram intensa afetação e remeximento do solo e subsolo.

O recurso a diferentes fontes de informação (fotografias antigas e informações orais) atesta-nos a presença de um segundo moinho, paralelo ao existente, ambos construídos durante a época Moderna e que terá desaparecido da paisagem da vila, nos últimos anos do séc. XIX ou inícios do séc. XX.

Durante o acompanhamento realizado em 2011, não se verificou a existência de vestígios do segundo moinho, nem a ocorrência de património arqueológico. A estratigrafia registada também não forneceu informação relevante.

### 3.4. Acompanhamento e escavação arqueológica do projeto de Remodelação do Bar - Castelo de Palmela<sup>4</sup>.

Numa primeira fase, procedeu-se ao acompanhamento arqueológico da obra, ação de prevenção preconizada nas condicionantes arqueológicas definidas pela tutela (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e IGESPAR, I.P.), individualizando-se de imediato a presença de vestígios e contextos arqueológicos preservados.

Os trabalhos desenvolvidos confirmaram a conti-

nuidade da necrópole da Ordem de Santiago, para norte da Praça de Armas. Refira-se que esta área foi parcialmente escavada na década de 90 do séc. XX, tendo sido identificados contextos arqueológicos que possibilitaram o seu enquadramento em finais do séc. XII e inícios do XIII (Fernandes, 2004 e 2008).

A identificação de vestígios preservados *in situ*, em 2010-2011, aliados à relevância científica do conjunto arqueológico, determinou que se procedesse à realização de escavação arqueológica da área a afetar pelo projeto, possibilitando a sua salvaguarda e registo.

Verificou-se uma intensa e continuada ocupação do local (atual bar do castelo), como espaço funerário, numa primeira fase, de acesso mais restrito, aos membros da Ordem de Santiago (sécs. XIII/XIV) e, possivelmente, durante o período Moderno, acessível a outros indivíduos.

O património arqueológico foi preservado *in situ*, tendo o projeto sofrido ligeiras adaptações, ao nível das especialidades para a não afetação dos vestígios.



Preservação *in situ* do património arqueológico. Bar - Castelo de Palmela, 2010-2011.

### 3.5. Sondagens arqueológicas de diagnóstico, realizadas no âmbito do projeto Espaço Cidadão - Serviço de apoio à comunidade<sup>5</sup>.

A sua localização, numa área de elevada sensibilidade arqueológica, implicava a execução de uma intervenção de diagnóstico (sondagens no solo e

<sup>3</sup> Intervenção arqueológica da responsabilidade científica da signatária.

<sup>4</sup> Trabalhos da responsabilidade da arqueóloga Isabel Cristina F. Fernandes e da signatária (CMP).

<sup>5</sup> Intervenção arqueológica co-dirigida pela signatária e o arqueólogo João Nunes (Palimpsesto, Lda.)

parietais) no local a afetar pelo projeto em 2011. Os resultados da intervenção foram muito positivos. Comprovou-se a continuidade das realidades já documentadas para o arqueossítio do Mercado Velho, que nos testemunham a dinâmica urbana deste espaço ao longo dos sécs. XIV/XV e XVI; a identificação de um notável conjunto arquitetónico na parede que divide as salas 1 e 2 - que encerra uma sucessão de três arcos: um escavado na rocha local e os outros dois, erguidos e formados por cantaria e tijolo -, dá-nos, respetivamente, informação sobre a ocupação humana e a manutenção arquitetónica do espaço, desde o período tardo-medieval até ao séc. XVIII (fase pós-terramoto de 1755).

Esta realidade, pela sua importância patrimonial e raridade em Palmela, será preservada e integrada em harmonia com o projecto arquitetónico do novo edifício municipal.



Sucessão de arcos registada no futuro Espaço Cidadão. Intervenção de 2011.

No logradouro do edifício registaram-se várias estruturas relacionadas com o abastecimento público de água, datáveis do período Moderno.

O volume da informação e do espólio recolhido é considerável, encontrando-se actualmente em fase de tratamento e estudo. Os resultados da intervenção serão futuramente publicados.



Estruturas de abastecimento público de água no edifício do futuro Espaço Cidadão. Período Moderno. 2011.

### 3.6. Acompanhamento arqueológico do projeto remodelação das redes de infraestruturas no Castelo.

Em Maio de 2012, está em fase de execução o acompanhamento arqueológico<sup>6</sup> do projeto de remodelação das infraestruturas do castelo, que é Monumento Nacional desde 1910. Pretende-se minimizar os impactes sobre o monumento e o património arqueológico existentes, bem como salvaguardar e preservar eventuais vestígios arqueológicos que possam vir a ser identificados no decurso da empreitada.

<sup>6</sup> Trabalhos dirigidos pela signatária e a arqueóloga Isabel C. F. Fernandes (C. M. Palmela).

#### 4. Considerações Finais

As intervenções arqueológicas realizadas no Centro Histórico de Palmela, entre os anos de 2009 e 2012, permitiram em primeira instância, executar uma leitura da realidade estratigráfica e arqueológica das áreas a intervencionar, avaliando o seu potencial patrimonial, contribuindo para o aumento e produção de conhecimento sobre a evolução urbana da vila.

Paralelamente, pretendíamos reunir condições para a definição de estratégias de salvaguarda e valorização do património arqueológico, conciliando a implementação dos projetos de regeneração urbana, com a preservação e valorização dos testemunhos arqueológicos, garantindo a sua disponibilização e integração no quotidiano urbano da vila e a sua fruição pela comunidade.

Na realidade, a intervenção arqueológica preventiva tem como essência a possibilidade de conjugar projetos prévios de arquitetura com resultados da arqueologia, através de sondagens no solo ou de sondagens parietais, que podem implicar alterações aos projetos.

De facto, situações desta natureza têm sido praticadas em Palmela; veja-se como exemplo, os vestígios arqueológicos da Rua de Nenhures que serão integrados no futuro edifício projetado para o local. Os elementos arqueológicos, que documentam a evolução histórica e arquitetónica do espaço contíguo ao Largo do Mercado, serão preservados e valorizados no futuro *Espaço Cidadão*. Outro exemplo, já com uma década: a existência, no edifício do Mercado Municipal de Palmela, de dois painéis expositivos alusivos à intervenção arqueológica realizada em 2002, devolvendo à comunidade a memória do lugar.

Conciliam-se os interesses dos agentes urbanos, a natureza e objetivos dos projetos de arquitetura, com os resultados das intervenções arqueológicas, prevalecendo em alguns dos casos a preservação e integração do património arqueológico nos novos espaços urbanos, encarando estas realidades como uma mais-valia para a identidade cultural de Palmela, prezando a sua fruição coletiva.

**Michelle Teixeira Santos**

Arqueóloga da Câmara Municipal de Palmela

---

#### Referências bibliográficas

CARVALHO, A. R. (2007) – “Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: Novos Contributos para o conhecimento do Quotidiano em Palmela, no final da Idade Média”, in *Musa – Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*, Vol. 2, Setúbal: FIDS/MAEDS, pp. 74-82.

FERNANDES, I. C. F. (2004) *O Castelo de Palmela – do islâmico ao cristão*, Lisboa/Palmela: Co-Edição: Edições Colibri/C.M. Palmela.

FERNANDES, I. C. F. (2012) – “Palmela Medieval e Moderna: a leitura arqueológica”, in Fernandes, I. C. F. e Santos, M. T. (coord.), *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, pp. 111-134.

FERNANDES, I. C. F.; SANTOS, M. T. (2008) - *Palmela Arqueológica - Espaços, Vivências, Poderes - Roteiro da Exposição*, Palmela: Câmara Municipal/ Divisão de Património Cultural - Museu Municipal.

LEMOS, F. S. (2006) – “A Lei e a Arqueologia Urbana”. *Praxis Archaeologica*, 1, in [http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006\\_1521.html](http://www.praxisarchaeologica.com/issues/2006_1521.html), pp. 15-21

ROSENDO, M. T. (Coord.); PRATA, C. dos R. FERNANDES, I. C. F.; SANTOS, M. T.; SAMPAIO, T.; SOUSA, Z. de (2010) *Patrimónios. Centro Histórico da Vila de Palmela, Roteiro da Exposição*, Palmela: Câmara Municipal/ Museu Municipal.

SANTOS, M. T. (2009) – “Actividade Arqueologica em Palmela, 2007/2008”, in + *museu. Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 10, Novembro de 2008/Maio de 2009, Palmela, pp. 12-13.

SILVA, A. C. (1986) – “A Cidade e a Arqueologia. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985*”. *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa: IPPC, pp.7-11.

SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1986) – “Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos”. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985. Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa: IPPC, pp.101-130.

SOARES, J. e SILVA, C. T. da (2008) – “Povoado do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela)”, in Fernandes, I. C. F. e Santos, M. T. (coord.), *Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da exposição*. Igreja de Santiago – Castelo de Palmela. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Museu Municipal, pp. 22-25.



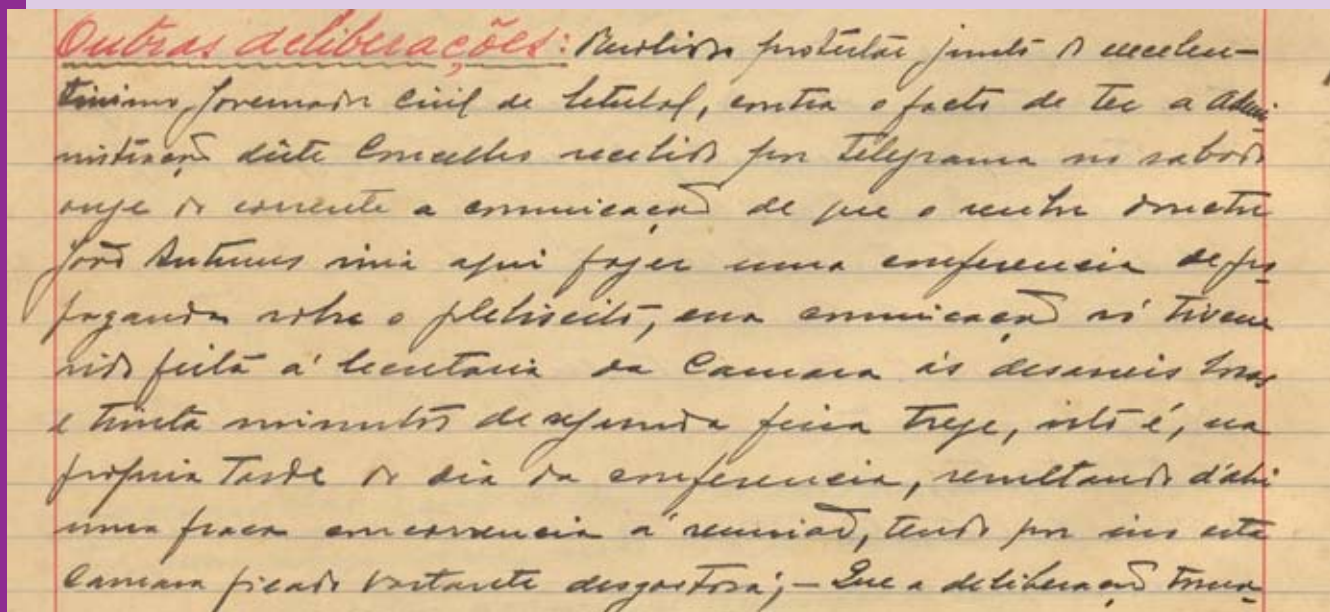
# património concelhio em Documentos

## O plebiscito da Constituição Política da República Portuguesa de 1933, em Palmela

### *Polémica. A Ata da Reunião de 16 de março de 1933 da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Palmela*

As Atas das reuniões da Câmara Municipal de Palmela constituem uma fonte privilegiada de informação, num primeiro momento enquanto registo das deliberações tomadas pelo Executivo, aprovadas para que os processos de decisão se concretizem, mas também como reflexo dos períodos políticos que a História do nosso país atravessou, denotando evidências em torno de momentos cruciais e determinantes. Na Ata de 16 de março de 1933, encontramos patente uma deliberação assaz reveladora de uma situação incómoda para o regime do Estado Novo, nas vésperas da sua consolidação, com a aprovação em plebiscito da *Constituição* de 1933.

O episódio particularmente curioso desenvolve-se em torno do facto do “inexplicável” atraso na entrega de um telegrama informando da conferência de propaganda sobre o plebiscito que havia sido enviado à Administração do concelho dois dias antes do evento previsto.



Excerto da Ata da vigésima sexta sessão ordinária da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Palmela, 16 de março de 1933, fl. 79v., *Livro de Atas das Sessões Municipais*, n.º 6, Arquivo Municipal de Palmela.

#### **Transcrição:**

«*Outras deliberações: Resolvido protestar junto do excelentissimo Governador Civil de Setúbal, contra o facto de ter a Administração dêste Concelho recebido por telegrama no sabado onze do corrente a comunicação de que o senhor douctor João Antunes viria aqui fazer uma conferencia de propaganda sobre o plebiscito, essa comunicação só tivesse sido feita á Secretaria da Câmara às desasseis horas e trinta minutos de segunda feira treze, isto é, na propria tarde do dia da conferencia, resultando d'ahi uma fraca concorrência á reunião, tendo por isso esta Camara ficado bastante desgostosa;(...)*»

A ata é assinada por Bernardino José Borges, Presidente, Xavier Sant'Ana, Vice-Presidente, José Luiz Cipriano, Vogal e Isidoro d'Oliveira, Segundo Secretário. Concorre para o entendimento do ocorrido o facto do Administrador do Concelho o senhor Tenente-aviador, Diogo Rogério dos Reis Themudo, ter faltado, por motivo justificado, a esta reunião de Câmara.

Na sequência deste protesto, junto do Governador Civil de Setúbal, ocorre na reunião de Câmara seguinte, datada de 23 de março de 1933, a informação do pedido de demissão do Presidente Bernardino José Borges e, «*por espírito de solidariedade seja apresentado coletivamente por esta Comissão, o pedido de demissão ao referido senhor Governador Civil: - Resolvido por unanimidade pedir a demissão ao senhor Governador Civil.*»<sup>1</sup>

De referir que nesta reunião, de 23 de março de 1933, faltaram «*por motivo justificado, os senhores: - Bernardino José Borges e Tenente aviador, Diogo Rogério dos Reis Themudo, respetivamente presidente e administrador do Concelho.*»<sup>2</sup>

Na reunião seguinte, em 29 de março, procedeu-se «*à votação e depois em escrutínio verificou-se que ele deu o resultado seguinte: Presidente: Tenente aviador Diogo Rogério dos Reis Themudo; - Vice-presidente Manuel Joaquim d'Oliveira e Silva; Secretário: João da Costa Xavier e Vice-Secretário: Carlos da Costa Frescata; tendo sido eleitos por quatro votos cada.*»<sup>3</sup>

Nesta mesma reunião «*Foi resolvido por unanimidade: Saudar telegraficamente os excelentíssimos senhores: Ministro do Interior e Governador Civil de Setúbal; - Não se responsabilizar a Comissão pelos atos das anteriores Comissões Administrativas.*»<sup>4</sup>

Na ata da reunião seguinte, de 10 de abril de 1933, a presidência é assumida pelo «*Tenente aviador Diogo Rogério dos Reis Themudo – presidente e Administrador do Concelho*»<sup>5</sup>, bem como nas reuniões subsequentes.

Para um melhor enquadramento histórico dos factos registados nas atas das Reuniões da Câmara Municipal de Palmela, de março e abril de 1933, considera-se interessante referir qual a importância do momento político que se vivia em Portugal, em torno do plebiscito que culminou na aprovação da *Constituição da República Portuguesa* de 1933.

A Ditadura Militar que esmagou a Primeira República, em 1926, dava lugar a um regime de carác-

ter fascizante, que se assumia pela designação de Estado Novo, que recusava a democracia parlamentar, o liberalismo político e as liberdades políticas sociais e individuais.

Como refere Tiago de Azevedo, «O Decreto n.º 22 229 de 21 de fevereiro de 1933 determinou que a Constituição de 1933 fosse aprovada por plebiscito, a realizar a 19 de março do mesmo ano. Note-se que não foi aprovada por referendo mas plebiscito – o voto era obrigatório, considerando-se tacitamente voto concordante, os eleitores que não concorressem ao ato eleitoral e não provassem impedimento legal. A Constituição de 1933 entrou em vigor a 11 de abril de 1933.

António Araújo resume desta forma os passos da elaboração da Constituição de 1933: «A aprovação da Constituição de 1933 parece, pois, ter percorrido diversas etapas: (1) elaboração de um texto preliminar por um grupo restrito, sob a égide de Salazar (...); (2) redação de diversas versões, alteradas em função dos alvites de algumas personalidades ou dos debates em Conselho de Ministros; (3) debates e alterações no CPN [Conselho Político Nacional]; (4) publicação nos jornais e debate público; (5) introdução de alterações na sequência do debate público; (6) submissão a plebiscito.»<sup>6</sup>

É no âmbito deste “debate público” que a “conferência de propaganda sobre o plebiscito” pelo Dr. João Antunes, em 13 de março de 1933, na vila de Palmela, se enquadra. No entanto, algumas considerações e informação específicas sobre o processo de legitimação do texto constitucional de 1933, parecem-nos necessárias para um entendimento mais vasto.

O processo de **plebiscito**, em vez de referendo, foi uma opção estratégica de Oliveira Salazar, com intenção de legitimar o texto constitucional, numa consulta popular prévia ao invés de sujeitar a referendo uma norma que já houvesse sido deliberada por um órgão de poder, procurando assim evitar incorrer no risco de que a vontade expressa dos eleitores não fosse suficiente para legitimar a Lei fundamental do regime.

«O Sr. Ministro das Finanças [Salazar], pedindo a palavra, explica as razões que levaram o Governo a inserir no projeto de Constituição o artigo 133º que prevê a aprovação por meio de plebiscito nacional. O Governo tinha diante de si uma das três soluções: a) decretar uma Constituição em

ditadura, fazendo uso dos poderes excepcionais em que a Revolução de 28 de maio o investira; b) promulgar uma lei eleitoral e fazer eleger uma câmara constitucional que discutisse e votasse a Constituição; c) submeter o projeto de Constituição à aprovação do povo por meio de plebiscito. O primeiro processo seria evidentemente o mais expedito e estaria rigorosamente dentro da lógica da Situação e dos poderes revolucionários de que o Governo se encontra munido. Mas tanto quanto ao Governo é dado perscrutar a opinião nacional, parece-lhe que não se levaria a bem a lei fundamental do Estado fosse imposta à Nação por um ato de ditadura. O segundo processo, além de moroso, teria o inconveniente de se fazerem eleições e de se constituir uma câmara antes de se estarem definidos os objetivos a atingir; seria um salto no desconhecido. Restava o terceiro processo. Foi o Governo que o adotou. **Embora o povo não esteja, na sua grande maioria, apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição, o seu voto tem um significado político que não é lícito desprezar: é um voto de confiança nos dirigentes.**<sup>7</sup>»

De acordo com o *Diário do Governo*, publicado a 11 de abril de 1933 - em *Ata da assembleia geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional de 19 de março de 1933, sobre a Constituição Política da República Portuguesa* -, encontramos os resultados oficiais do plebiscito, considerando como aprovado com 1.292.864 votos favoráveis, com 6 190 votos contra, num universo de 1.330.258 eleitores inscritos no recenseamento político de 1932.<sup>8</sup>

Como já foi referido, neste **plebiscito** o voto era obrigatório e as abstenções contaram como votos favoráveis. Oliveira Salazar consolida-

va, desta forma, o regime que havia de restringir as liberdades cívicas, políticas e sociais do povo português, num processo de manutenção de subdesenvolvimento económico e social, alicerçado numa feroz e brutal repressão policial contra todos os que manifestassem a sua discordância e oposição ao regime, por um período que se arrastou por quase meio século da nossa História recente.

**Nuno Neto Monteiro**

Técnico Superior

Arquivo Municipal de Palmela

#### Fontes

- *Diário do Governo*, I Série, número 83, 11 de abril de 1933
- *Livro de Actas das Sessões Municipais*, n.º 6, 11 setembro 1931 – 14 agosto 1933. Arquivo Municipal de Palmela

#### Bibliografia

ARAÚJO, António «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», in VÁRIOS, & T. Constitucional (Ed.) - *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa. Vol. II*, Lisboa: Coimbra Editora, 2004, pp. 9-64

IDEM «A Construção da Justiça Constitucional Portuguesa: o nascimento do Tribunal Constitucional», in *Análise Social*. XXX, Lisboa, 1995, pp. 881-946

AZEVEDO, Tiago João Lopes Gonçalves de, *A Constituição de 1933 - Da Fiscalização da Constitucionalidade*, Relatório elaborado no âmbito da Unidade Curricular de Direito Processual Constitucional do mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) na Universidade do Minho, 2009

RODRIGUES, António Simões (Coord.) - *História de Portugal em Datas*, s/l: Círculo de Leitores, 1994

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Nova História de Portugal. vol. XII - Fernando Rosas (Coord.) Portugal e o Estado Novo (1930 – 1960)*, Lisboa: Editorial Presença, 1992

<sup>1</sup> Ata da vigésima sétima sessão ordinária da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Palmela, 23 de março de 1933, fls. 80 e 80v., *Livro de Actas das Sessões Municipais*, n.º 6. Arquivo Municipal de Palmela

<sup>2</sup> Idem, ibidem, fl. 80.

<sup>3</sup> Ata da vigésima oitava sessão da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Palmela, 29 de março de 1933, fl. 81v., *Livro de Actas das Sessões Municipais*, n.º 6. Arquivo Municipal de Palmela

<sup>4</sup> Idem, ibidem.

<sup>5</sup> Ata da vigésima nona sessão ordinária da Comissão Administrativa Municipal do Concelho de Palmela, 10 de abril de 1933, fl. 82., *Livro de Actas das Sessões Municipais*, n.º 6. Arquivo Municipal de Palmela

<sup>6</sup> AZEVEDO, 2009, pp. 7, 8. Cfr. ARAÚJO, 2004, p. 45

<sup>7</sup> Sublinhado nosso. In *Livro de Actas do Conselho Político Nacional*; Acta n.º 1; Sessão de 5 de maio de 1932, transcrita in ARAÚJO, 1995, pp. 52, 53, citado por AZEVEDO, 2009, p. 7

<sup>8</sup> *Diário do Governo*, I Série, número 83, 11 de abril de 1933, [p. 649]



# a não esquecer...

Ler, visitar, participar

## ...Ler

**Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado/Tejo, 2012**



Coordenado pelas arqueólogas Isabel Cristina Fernandes e Michelle Teixeira Santos, constitui o volume de atas do seminário homónimo, realizado durante a exposição «Palmela Arqueológica» (2009-10). Pela sistematização de informação científica essencial sobre a região, interessa quer a investigadores, quer ao público escolar e ao turista crescentemente interessado pela cultura.

Co-financiado pelo programa PorLisboa-QREN, pode ser adquirido em diversos pontos de atendimento municipal por 6 €.

## ...Visitar

o website da candidatura **Arrábida a Património Mundial** e descobrir os valores materiais e imateriais desta região única.



**Arrábida – Património Mundial**

<http://arrabida.amrs.pt/>

e

a exposição **Forais de Palmela**



**18 maio a 2 junho**

**Biblioteca Municipal de Palmela**

**e Foyer do Auditório Municipal de Pinhal Novo**

Entrada livre

# a não esquecer...

...Participar...

... nas atividades comemorativas dos Dias Internacionais das Histórias de Vida, dos Museus e da Noite dos Museus, no concelho de Palmela

16 maio | 20h30 | Espaço Marcas d'Água (Rua do Sabugueiro, Quinta do Anjo)



## Conversas na Aldeia: Marcas d'Água

*Sob o som de memórias que correm como a água, celebre o Dia Internacional das Histórias de Vida*

Destinatários: Público em geral | Entrada livre

Org.: Câmara Municipal de Palmela

18 maio | 9h00 às 12h45 | Biblioteca Municipal de Palmela

## Objetos da nossa Memória – Palmela Cidade Europeia do Vinho 2012



*A partir da exposição patente na galeria da Biblioteca Municipal de Palmela, será dinamizada uma oficina que tem como objetivo apreender a dimensão imaterial dos objetos, e a sua importância na construção da memória.*

Destinatários: Comunidade Educativa | Entrada livre

Insc.: [patrimonio.cultural@cm-palmela.pt](mailto:patrimonio.cultural@cm-palmela.pt)

ou 212 336 640 até dia 17 de Maio

Org.: Câmara Municipal de Palmela

19 maio | 21h30 | Igreja de Santiago, Castelo de Palmela

## Grafia Antiga ... em Tempos de Mudança

Noite Internacional dos Museus

Destinatários: Famílias | Entrada livre, sujeita a inscrição.

Insc.: [patrimonio.cultural@cm-palmela.pt](mailto:patrimonio.cultural@cm-palmela.pt) ou 212 336 640 até dia 17 de Maio

Org.: Câmara Municipal de Palmela

# sites a consultar

## descubra Património(s) do concelho de Palmela



**Centro Histórico de Palmela**

<http://www.centrohistorico.cm-palmela.pt>



**Centro Moinhos Vivos**

<http://www.moinhosvivos.com/>



**Museu da Música Mecânica**

<http://www.museudamusicamecanica.com/>

## Adivinhas

### CADA NÚMERO, UM JOGO...

**Faz corresponder a cada quadra, o respectivo desenho.**

Quando zurro, eu acordo  
Toda aquela vizinhança,  
É quando estou contente  
Por ter cheia a pança.



Bem verde me criei,  
Amarela me cortarão.  
Serei toda esmagadinha  
Para me tirem o grão.



Veste uma roupa branquinha  
Onde o vento vai morar,  
Gemendo, gira, caminha,  
Transforma os grãos em farinha,  
Que nos hão-de alimentar.



Ilustrações: Cristina Prata



# edições em destaque

fundos documentais para consulta pública

## Museu Municipal de Palmela



**COMBOIOS EM LINHA, 1. Comboios em linha: revista de História, Património e Museologia Ferroviária** (Dir. Jorge Custódio) – Entroncamento: Fundação

Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, 2011

## GEsOS

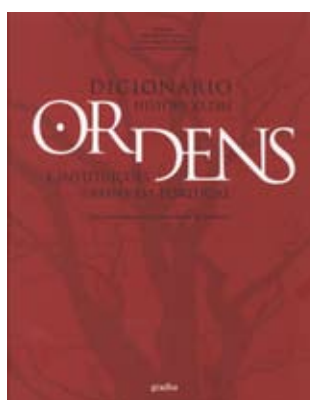


**I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo** (Edição: José Albuquerque Carreiras e Giulia Rossi Vairo), Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012



**O fascínio do olhar: a viagem das imagens: guia da exposição** (Coord. Fátima Bentes e Vítor Lourenço; textos do catálogo Ana David, Jochen Dietrich, Sofia Gomes); Leiria:

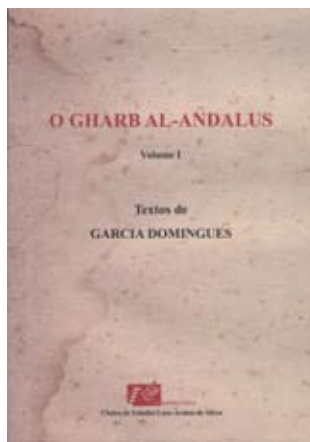
Câmara Municipal de Leiria/ Museu da Imagem em Movimento, 2008



**Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal** (Dir. José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes), Lisboa: Gradiva, 2010



**MUSEU MUNICIPAL DE LOURES. De Convento a Conventinho: biografia de um espaço** (Coord. Paulo Silva), Loures: Câmara Municipal / Museu Municipal de Loures, 2009



DOMINGUES, José Domingos Garcia - **O Gharb Al-Andalus**, Silves: Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2011

# Museu

## SUMÁRIO

- 1** Editorial
- 2** Em destaque... Centro Moinhos Vivos, extensão museológica na serra do Louro
- 4** Património Local... Marcas d'Água em Quinta do Anjo. Minas, tanques, poços, fontes e chafarizes
- 8** Nos Bastidores... do Museu Municipal
- 12** Em investigação... Arqueologia Urbana em Palmela. Balanço das intervenções de 2009-2012.
- 18** Património concelhio em documentos... O plebiscito da Constituição Política da República Portuguesa de 1933, em Palmela.
- 21** A não esquecer... Ler, visitar, participar
- 23** Sites a consultar... descubra Património no concelho de Palmela
- 23** Cada número, um jogo... Adivinhas
- 24** Edições em destaque... no GEsOS e no Museu Municipal – fundos documentais para consulta pública

### Contactos:

Divisão de Património Cultural - Museu Municipal  
Departamento de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Palmela  
Largo do Município  
2951-505 PALMELA

Tel.: 212 336 640

Fax: 212 336 641

patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

## Ficha Técnica

Edição: Câmara Municipal de Palmela

Coordenação Editorial: Chefia da Divisão de Património Cultural/Museu Municipal

Colaboram neste número: Cristina Prata, Ivone Vilares (Centro Moinhos Vivos), Maria Leonor Campos, Michelle Santos, Nuno Neto Monteiro (Arquivo Municipal)

Design: PCB, Comunicação Visual

Fotografia: Paulo Nobre, Museu Municipal

Código de Edição: 300/12

ISBN: 927-8497-27-X

Depósito Legal:196394/03

**Versão exclusivamente on-line**